

## MISSÕES RELIGIOSAS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

*Maria do Socorro Ferraz\**

RESUMO: Este trabalho analisa a importância entre a Arqueologia e a História à nível de método e mostra como a Arqueologia tem sido uma fonte segura para a História Colonial. O objetivo deste estudo é ligar o resultado das pesquisas arqueológicas, na Região do Médio São Francisco, com as pesquisas históricas também naquela região. Trabalhamos com o resultado das escavações arqueológicas na Ilha de Zorobabel e a documentação histórica encontrada nos arquivos eclesíásticos da região do Médio São Francisco, sobre a Missão de Nossa Senhora do Ó, na mesma ilha e cópias de documentos sobre os índios dessa região, do Arquivo Histórico Ultramarino que se encontram arquivados na Divisão de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco.

A arqueologia brasileira tem sido uma fonte importante para a História Colonial tanto quanto os registros históricos têm levado os arqueólogos a buscarem pistas necessárias ao início das escavações. Há, portanto, um imbricamento entre a arqueologia e a história a nível de método. A arqueologia modernamente não mais se exprime como uma simples coleta de dados isolados. A arqueologia estuda as relações existentes entre os achados e a história também se inclina para a reconstituição da vida material das sociedades. É nessa fronteira que as duas disciplinas se auxiliam mutuamente. Todos os vestígios de uma determinada sociedade, seja de ordem arqueológica ou histórica são apenas pequena parte do que os homens produziram; a história necessita de todos os vestígios possíveis para a reconstrução do coletivo e do particular. É com esta perspectiva que se desenvolvem as pesquisas arqueológica e histórica sobre as Missões Religiosas do Médio São Francisco. As missões religiosas no vale do São Francisco faziam parte da

\* Universidade Federal de Pernambuco.

Província de Santo Antônio do Brasil, cujas instalações datam da segunda metade do século XVII e as disposições regulamentais aparecem no Alvará de 1700, assinado por D. Pedro II, da dinastia de Bragança.

A pesquisa arqueológica localizou o assentamento das seguintes missões no vale do São Francisco: Juazeiro, Rodelas, Pambu, Aracapá, Coripós, Zorobabel, Unhum, Pontal e Pajeú, localizadas nas ilhas fluviais onde já estavam anteriormente instaladas aldeias de índios, sedentários, dedicados à agricultura; ela pretende recuperar estruturas arquitetônicas e analisar as linhas e concepções urbanísticas que caracterizavam o assentamento das Missões, ao menos em dois locais já escavados até o presente momento: a Missão de Zorobabel em Pernambuco e Vila Flor no Rio Grande do Norte.

É nosso objetivo nessa comunicação articular o resultado das pesquisas arqueológicas na região do Médio São Francisco com as pesquisas históricas também naquela região.

As escavações arqueológicas na ilha de Zorobabel dirigidas pela Prof<sup>a</sup> Gabriela Martin constataram:

1) a existência de uma aldeia indígena no ponto alto da ilha e restos de uma cerâmica indígena bem característica com engobo vermelho, sem intrusão de materiais europeus;

2) que a área havia sido cultivada, portanto, não se pode determinar as estruturas; e

3) que a missão foi fundada a 500 metros da aldeia e que nas escavações do edifício da missão a cerâmica indígena aparece misturada a fragmentos de faiança européia do século XVIII.

Registros históricos da Missão de Nossa Senhora do Ó na ilha de Zorobabel em Itacuruba, Pernambuco, informa-nos que a Missão foi fundada pelos jesuítas em 1696 e neste mesmo ano foram expulsos por causa de conflitos de terras com prepostos da Casa da Torre, do Garcia d'Ávila. A demarcação das terras reservadas para a aldeia teria sido o móvel da questão. Por ordem do Governador da Bahia as terras doadas aos missionários deveriam ser sinaladas em torno de 2 ou 3 léguas para cada aldeia e o Provincial da Ordem cumpria as determinações do Governador quando foi acusado de invadir as terras de Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho, esposa e irmã do falecido Francisco Dias d'Ávila.

Na realidade as terras das duas senhoras distavam 150 léguas das

aldeias referidas, conforme pode-se ler na defesa que elas, as mulheres fizeram, ao serem acusadas de terem participado da expulsão dos índios.

O Governador, reconhecendo o direito natural dos índios às terras, critica a política expansionista da Casa da Torre, que a esta altura se estendia a mais de 400 léguas. Através da carta do Padre Alexandre Gusmão ao seu superior, sabe-se que a população indígena nas aldeias do São Francisco, situadas nas terras de Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho era estimada em 2 mil almas em 1696. Agindo como um funcionário do Rei, cuja função também era a de moderar conflitos, o governador intercede a favor da política missionária e em 1700 um Alvará Real ordena demarcar em 1 légua quadrada para instalação das missões, nessa região. Entretanto, os jesuítas sentindo-se ameaçados, em carta de 11 de fevereiro de 1700, justificam o fato de não haverem retornado aos trabalhos nas missões. É, ainda, através dos documentos, que sabemos terem o bispo e o governador de Pernambuco enviado religiosos àquela região, sob protestos do arcebispo da Bahia João Franco de Oliveira. Em cópia de documento do Arquivo Histórico Ultramarino, localizado na Divisão de Pesquisa Histórica encontramos a associação de Leonor Pereira Marinho com a Coroa portuguesa na exploração do salitre, no vale do São Francisco e na permissão da escravidão indígena para esta atividade e a explicação para a retirada estratégica dos jesuítas da região. De resto D. Leonor ainda recebe um *foro de fidalgo* para sua filha.

Sem a presença dos jesuítas, as missões foram oferecidas aos Franciscanos, que não aceitaram e em seguida os Carmelitas de Sta. Tereza aceitaram substituir os jesuítas. De 1702 a 1761 as tres missões do São Francisco foram dirigidas por Carmelitas franceses e italianos, até que foram extintas.

Tentando atrair missionários a lei de 1703 confirma o Alvará de 1700 e amplia minimamente a ocupação territorial: além da légua quadrada, a Igreja, o adro, um terreno em torno dos muros e a horta do vigário, seriam ninharias que não mudavam a política de ocupação territorial e extermínio da população indígena. Na ilha de Zorobabel os Carmelitas se instalam e constroem a Igreja e o recinto da missão em tijolo e cantaria.

O resultado das escavações arqueológicas dirigidas pela Prof<sup>a</sup>

Gabriela Martin e já publicados em artigo de *CLIO* arqueológica pode ser resumido em alguns itens.

a) nada se encontrou da antiga missão jesuítica. Os documentos apontam as construções como edifícios rudimentares construídos em taipa;

b) da igreja da missão capuchinha, destruída por uma enchente do rio São Francisco em 1792, existiam vestígios. A escavação permitiu o levantamento da planta do conjunto da missão e a planta completa da Igreja;

c) o terreno em torno do muro, que cercava o recinto foi utilizado como cemitério, inclusive após a destruição da igreja. A igreja também foi utilizada com a mesma finalidade;

d) nesses cemitérios foram localizados vários sepultamentos de tipo indígena em urnas e por cremação;

e) o recinto e mais dependências compreendiam uma área total de 1.200 m<sup>2</sup>. A igreja media 18 X 6,50 m., construída nos começos do século XVIII pelos capuchinhos franceses.

Nesta comunicação desejamos comentar algumas questões que afloram quando confrontamos a documentação histórica que acompanha a vida dessas missões:

— Através da documentação deixada pelos jesuítas não se pode perceber as diferenças entre os índios ou melhor entre as nações indígenas porque eles os jesuítas impuseram uma igualização cultural nivelando essas populações e isolando-as do mundo colonial.

— O contacto com o mundo colonial foi marcado por frágeis trocas e rupturas profundas, com graves prejuízos para a cultura e sociedade em geral do mundo indígena. Cabe ao historiador procurar esses pontos de troca e de ruptura tanto com as missões como com o mundo colonial do qual fazem parte e resgatar que elementos da cultura indígena anterior à chegada dos missionários continuam na nova cultura e quais foram alterados pelo branco.

Analisando as formas que adquiriram as relações de produção na época colonial, Juan Carlos Caravaglia, em estudo sobre as missões jesuíticas no Paraguai diz que se pode vislumbrar dois processos contraditórios: um centrífugo de ruptura e destruição da comunidade e outro centrípeto de proteção à existência da comunidade indígena. Adaptando este estudo às missões do São Francisco, reconhecemos a presença

desses dois processos, o primeiro está presente através das guerras justas empreendidas pelas autoridades portuguesas e colonos e pelas *transfêrências de populações* – expulsões de indígenas para outros locais, não respeitando as diferenças etno-geográficas. O segundo, através das missões, tentaram proteger a comunidade indígena, dentro dos seus objetivos e padrões culturais. Esta política missionária de imposição cultural leva também, ao final, a um tipo de destruição gradual. Martinho de Nantes em seus escritos deixa bem claro que a presença das missões entre os índios é no sentido de salvá-los da selvageria.

O conflito entre os interesses dos colonos e dos missionários leva-nos a pensar que os interesses privados se enfrentam com a Coroa (através das missões) na luta pelo controle da força de trabalho indígena e das terras para a criação de gado. (Doc. AHU cx 50 – 1761). É preciso esclarecer que espaço ocupa o Estado na realidade colonial, o que é público e o que é privado. A mão de obra indígena deveria servir para a defesa militar e para o trabalho (extrativismo – salitre). O interesse do Estado está presente nas missões. O Estado quer edificar a comunidade colonial sobre o substrato indígena, mas em função de novos objetivos.

Os colonos querem a proteção do Estado para construir fortuna. Se desejam fundar uma sociedade, todavia, não desejam a presença reguladora do Estado. Um documento do AHU encontrado na Div. de Pesquisa Histórica da UFPE é taxativo quanto aos interesses dos colonos em expulsar os índios de suas terras, não importando o que pense o Estado sobre isso. Trata da expulsão dos índios Pega do seu antigo e místico domicílio. O documento é rico por informar sobre as *razões* da transferência e dá-nos o fundamento para acreditarmos que houve um conflito entre o público e o privado e depois, que o público cedeu aos interesses do privado:

Das razões alegadas relacionamos algumas:

- a) que a civilização com eles era impraticável para o trabalho de agricultura que os colonos querem promover;
- b) que as terras das aldeias tinham pouca utilidade para os índios e muita para a pecuária dos colonos;
- c) que a povoação não passava de 12 casas de palha sem Igreja;
- d) o Rei não pretende fazer dos índios vaqueiros e sim bons agricultores;

e) os missionários afrouxaram a disciplina com os índios que passaram a vaquejar gados e a trabalhar para o clérigo Antônio Sarai-va, acusado de negociar gados;

f) a missão chega ao fim por desorganização e indisciplina, falta água e os índios estão nus.

A transferência dos índios Pega foi realizada sem consulta aos mesmos e inicialmente a proposta era para a região do Apodi, como os índios que habitavam nessa região eram inimigos dos “transferidos” as autoridades os levaram para o Mipibu. Os colonos vizinhos dos Pega “ajudando” na expulsão deram uma boiada para os índios se alimentarem na viagem. A aldeia tinha 115 casais e 30 rapazes. No inventário dos bens dos índios Pega a serra onde eles plantavam foi arrematada por 400\$000 rs por ano, o sítio de criar gado por 24\$000 rs, as roças com cabras e casas de farinha 310\$000 rs. O dinheiro apurado deveria ser utilizado na construção de novas casas e compra de roupas para os índios.

Os conflitos de terras, entre colonos e missionários, levaram as missões ao seu término. Umás foram devolvidas, outras foram absorvidas pelas paróquias e outras extintas pelo abandono, aparecendo as Missões Volantes na segunda metade do Século XVIII (Bartira Barbosa – Dissertação de Mestrado 1991 – UFPE). O Alvará de 1758, publicado no Pará estendia a legislação às aldeias existentes no Brasil, ordenando a instalação de vilas em lugar de aldeias, paróquias em lugar de missões e pároco no lugar dos missionários.

ABSTRACT: *Religious missions in the Medium San Francisco: a historical approach* — This work analyses the importance between Archaeology and History on a method level and demonstrates how Archaeology has been a reliable source of Colonial History. The objective of the study is to relate the results of archaeological research in the Medium San Francisco Region, with the historical reserch also perfomed in the region. We have worked with the result of archaeological excavations in the Zorobabel island and historical documents found in ecclesiastic archives in the Medium San Francisco region on Nossa Senhora do O Mission, in the same island and copies of documents on the Indians of this region, on the Ultramarine Historical Archive which are filed in the Historical Research Division of the Federal University of Pernambuco.